

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO PRECOCE

Neidi Liziane Copetti da Silva (ncopetti@gmail.com)

Monica Costa da Silva (monica_leticia2009@hotmail.com)

Eixo temático: Educação Inclusiva: uma prática em construção

Categoria: Comunicação Oral

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, a qual objetiva refletir sobre a prática da educação precoce no desenvolvimento global de crianças diagnosticadas com alguma lesão cerebral, síndrome ou outra patologia e, em especial, nesse primeiro momento, um olhar atento para o desenvolvimento de uma criança de 1 ano de idade, a qual foi diagnosticada com hidrocefalia congênita secundária ao nascer. Logo, esse estudo evidencia um recorte dessa pesquisa maior e tem como objetivo apresentar os aspectos teóricos, organizacionais e práticos sobre o Programa de Educação Precoce do Distrito Federal. Para tanto, buscamos informações nos documentos que norteiam a Educação Especial e sustentam a proposta de Educação Precoce.. Além disso, acompanhamos a criança nas aulas e registramos as respostas. Como análises iniciais, podemos evidenciar visíveis evoluções nos aspectos cognitivos, sensoriais e motores.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Precoce. Crianças com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Segurar uma criança pela mão, para a levar em direção ao amanhã, para lhe dar confiança nos seus passos, tomar uma criança por um rei, segurar uma criança nos seus braços e pela primeira vez secar as suas lágrimas, sufocando de alegria.” (Yves Duteil)

O artigo apresenta algumas considerações teóricas, organizacionais e práticas acerca da Educação Precoce na rede pública do Distrito Federal - DF, constituindo-se como um instrumento capaz de sistematizar importantes informações sobre os benefícios das atividades desenvolvidas durante os atendimentos prestados às crianças com necessidades especiais ou de risco (nascidas prematuramente), com idade de zero a três anos.

Pesquisas mostram que o nascimento de uma criança com necessidades especiais, inicialmente, pode significar a perda do sujeito (filho) idealizado. A partir dessa descoberta podem surgir sentimentos variados, tais como culpa, medo, aversão, insegurança, ansiedade, incerteza, entre outros.

Para Werneck (1993, p. 22), o estado de tristeza que surge após o diagnóstico médico, é comum em todas as famílias. Esse “período de luto” pode ser passageiro ou constante. Segundo a autora, “cada casal tem seu próprio tempo de reclusão, necessário para amortecer o impacto da chegada desse filho, que se dá em várias instâncias da vida familiar, do financeiro ao emocional”

Estudos realizados por Ferrari, Zaher e Gonçalves (2010), Barbosa, Chaud e Gomes (2008) e Sá e Rabinovich (2006), apontam a exigência de apoio e suporte aos familiares com o objetivo de fazê-los acreditar nas potencialidades desse filho real. Segundo Vilela (2006), acreditar e desenvolver expectativas positivas pode refletir nos avanços da criança.

No entanto, a forma como essas famílias irão se reestruturar dependerá da aceitação, dos conhecimentos e do auxílio de profissionais. Nesse sentido, a equipe da Educação Precoce torna-se fundamental nesse processo, visto que possibilita à elas perceber a criança a partir das potenciais capacidades de desenvolvimento e, não mais, pela ótica da deficiência.

Ademais, a Educação Precoce supera a lógica do isolamento social, o qual foi historicamente imposto e ainda se faz presente às crianças com deficiência. Os profissionais atuam não somente com as crianças, mas com as famílias no sentido de conscientizar e estimular atitudes positivas e acolhedoras.

Sabemos que ainda persistem os pré-conceitos quando falamos sobre as crianças com necessidades especiais. Embora, exista um discurso de valorização das diferenças, na prática há muita discriminação e falta de informação. De forma geral, as pessoas não possuem referências sólidas, não sabem que as interações educacionais adequadas favorecem o desenvolvimento integral da criança, podendo atenuar ou mudar diagnósticos e, mais do que isso, promover a inserção social.

Assim sendo, buscamos, nos tópicos 1 e 2, apresentar algumas considerações relevantes sobre tal temática, e por fim, evidenciar as análises iniciais de um estudo em andamento.

1. Marcas na história da Educação Especial brasileira

Abordar os aspectos teóricos, organizacionais e práticos da Educação Precoce demanda uma breve retrospectiva sobre os direitos das crianças no que tange à educação e a inclusão escolar.

A história da Educação Especial no Brasil remonta o século 19, quando os serviços voltados a esse segmento - e inspirados em experiências norte-americanas e européias - foram trazidos por brasileiros que buscavam implementar ações para atender pessoas com deficiências.

Tais iniciativas não estavam vinculadas às políticas públicas de educação, tanto que transcorreu um século, aproximadamente, para que a Educação Especial se tornasse um componente significativo do sistema educacional brasileiro. Portanto, apenas no início da década de 1960 é que essa modalidade de ensino foi oficialmente instituída, com a denominação de 'educação dos excepcionais'.

Quanto ao progresso dessa modalidade, podemos dizer que teve uma fase assistencialista, com vistas apenas ao bem-estar da criança; em seguida, um direcionamento médico e psicológico; na sequência, um acompanhamento por parte das instituições escolares e, por fim, a integração da Educação Especial no sistema de ensino.

Assim, a situação atual reflete um percurso estabelecido por múltiplas propostas nacionais, as quais marcaram notoriamente as diretrizes delineadas para o atendimento escolar das crianças com deficiência.

Com relação aos documentos norteadores desse processo de reflexões e práticas, citamos os principais:

- Constituição de 1988, a qual estabelece em seu Art. 3º inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Em seu Art. 205 define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)
- Declaração Mundial de Educação para todos (1990)
- Declaração de Salamanca (1994), que dispõe sobre os princípios, as políticas e as práticas no que se refere as necessidades educacionais especiais.
- Política Nacional de Educação Especial (1994)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades das crianças. Em seu trecho mais controverso, Art. 58 e seguintes, diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, se não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.”
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), as quais determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais.
- Plano Nacional de Educação (2001), destaca que “o grande avanço seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana”.
- Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), inova ao trazer aspectos importantes sobre a acessibilidade nos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Plano Nacional de Educação (2011)

São esses e tantos outros documentos que direcionam as instituições e os profissionais para a consolidação da educação inclusiva de qualidade, mas é claro que ainda estamos distantes de uma aplicabilidade satisfatória, pois falta investimento na formação dos professores e também em estrutura física.

Além de tais aportes, é possível afirmar que os avanços das neurociências, da pedagogia e da psicologia ampliaram as expectativas de vida das crianças especiais que, até a Idade Média, eram negligenciadas e morriam precocemente. As descobertas dessas e de outras ciências permitem um trabalho mais focado com vistas a prevenir ou minimizar as sequelas da deficiência, bem como possibilitar um convívio social saudável. É nesse contexto que se evidencia o mérito dos programas de Educação Precoce.

2. Caracterização da Educação Precoce

A Educação Precoce caracteriza-se por um conjunto de atividades, técnicas e recursos que fundamentam o atendimento educacional especializado às crianças na faixa etária de zero aos três anos de idade.

A estimulação proporciona às crianças experiências em vários níveis. Também permite prevenir ou minimizar déficits ou distúrbios neuropsicomotores e auxiliar no desenvolvimento de habilidades.

Nas décadas de 1960 e 1970, os programas caracterizavam-se pelo modelo médico, ou seja, havia um trabalho compensatório, com ênfase no profissional responsável por decidir os procedimentos de intervenção. Nessa perspectiva, as crianças eram vistas fora dos seus contextos e de forma fragmentada, visto que os objetivos a alcançar eram previamente definidos pelos profissionais e com base em manuais.

Já nos anos de 1980, o desenvolvimento infantil começou a ganhar visibilidade, logo, o entendimento de que as crianças são seres sociais passou a ser considerado. Essa nova perspectiva impulsionou relevantes modificações nos modelos de trabalho. A partir desse momento, o foco central ampliou-se e as crianças passaram a ser vistas como sujeitos em

potencial, as quais estão inseridas num ambiente histórico, social, cultural e econômico, logo, demandam afeto, cuidados e interações.

É salutar a relevância da estimulação direcionada às crianças desde o nascimento, visto que é um período sensível ao desenvolvimento humano. No entanto, Silva (1996), afirma que todos os demais momentos são propícios à estimulação, e que não são somente as crianças com atraso no desenvolvimento que necessitam ser estimuladas.

Pueschel (1995, p. 116), assegura que a estimulação deve acontecer desde o primeiro mês de vida do bebê. Segundo ele, a amamentação, o banho e a troca também são momentos estimulantes. Cabe então, aos familiares, aproveitar bem estes momentos, utilizando-se de bastante diálogo e afeto.

Nos Programas de Educação Precoce, o processo inclui a avaliação diagnóstica das crianças e um planejamento destinado à promoção das potencialidades e a aquisição de habilidades e competências cognitivas, afetivas, sensoriais, motoras e linguísticas.

A participação familiar é indispensável nesse processo, pois a família tem um papel fundamental na formação das crianças. Os pais devem estar disponíveis e receptivos para transformar os momentos de estímulos em ocasiões ricas e agradáveis para todos.

Os pais também são incentivados a buscar informações sobre a deficiência, aceitar, respeitar e permitir a socialização. Embora conscientes das limitações que essa criança poderá ter, é crucial nutrir sentimentos de afeto e possibilitar para ela interações e experiências enriquecedoras no meio social.

Por fim, ressaltamos que a Educação Precoce auxilia no desenvolvimento infantil por meio de atividades dinâmicas, técnicas específicas e direcionadas e recursos lúdicos e interativos. O respeito ao tempo e a individualidade de cada criança é fundamental para o êxito do programa.

2.1 O Programa de Educação Precoce do Distrito Federal

Desde 2008, com o lançamento da Política Nacional de Educação Especial, as escolas públicas e privadas devem garantir o acesso e a permanência de estudantes com necessidades especiais, bem como articular o ensino regular e a Educação Especial. No entanto, mesmo

antes da idade escolar, o Ministério da Educação - MEC, prevê o atendimento educacional especializado para apoiar o desenvolvimento das crianças.

Com isso, estão disponíveis no Distrito Federal 18 Centros de Ensino que ofertam Educação Precoce, cujo atendimento abrange crianças com necessidades especiais na faixa etária de zero até os 3 anos de idade. O objetivo é estimular e acolher essas crianças, com vistas a inclusão futura no ensino regular.

O programa prevê quatro eixos principais: motor, cognitivo, linguagem e socioafetivo. As atividades relativas a esses eixos são realizadas nos atendimentos semanais, os quais tem duração de 1 hora e meia, sendo 45 minutos de estimulação com uma Pedagoga e mais 45 minutos com um professor de Educação Física.

A participação dos pais é instigada e acolhida pela equipe que preza os vínculos afetivos como sustentáculo para a formação de conceitos e no desenvolvimento da autonomia e da independência.

No Programa de Educação Precoce algumas premissas são fundamentais, entre as quais: respeito ao tempo e interesse da criança, respeito à família, respeito aos profissionais envolvidos no atendimento e respeito à instituição.

Assim, os Programas de Educação Precoce do Distrito Federal buscam proporcionar situações em que as crianças sejam estimuladas e desafiadas a ampliar suas capacidades. Com uma proposta ancorada em autores de reconhecido valor - Vygotsky (1991, 1999), Piaget (1975, 1995) e Wallon (1975) - e com o auxílio de materiais lúdicos adequados, os profissionais observam, mediam e acompanham o desenvolvimento evolutivo global das crianças.

2.2 Algumas atividades desenvolvidas

De forma geral e ainda preliminar, listamos algumas atividades desenvolvidas, as quais já denotam resultados significativos na evolução cognitiva, sensorial e neuropsicomotora do sujeito investigado.

Estimulação cognitiva - uso do próprio corpo ou de brinquedos para descoberta de si e de suas potencialidades. Jogos de associação, encaixe, montar e desmontar são excelentes nesse processo de novas aquisições.

Estimulação sensorial - uso de brinquedos com diferentes sons para o estímulo auditivo e uso de técnicas diversas para a estimulação visual (cartões e objetos nas cores preta e branca, cartões e objetos em cores intensas e contrastantes, estimulação com luz natural, estimulação com luz artificial e diferentes direcionamentos. O toque, o aconchego também são fundamentais para que a criança adquira consciência corporal.

Estimulação motora - as atividades enfocam a aquisição ou o aprimoramento do esquema corporal (avião, cavalinho, gangorra, elevador, descoberta das mãozinhas e pezinhos, espelho, balanço).

Estimulação da linguagem - para que a comunicação evolua e a criança passe a fazer uso da linguagem oral, o ambiente em que ela vive deve ser rico em estímulos sonoros, tais como cantigas, conversas e emissão de sons variados e repetitivos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir do que foi exposto até aqui, é inegável a pertinência da educação precoce no desenvolvimento cognitivo, afetivo, sensório-motor, comunicativo e social das crianças com necessidades especiais.

O diferencial dessa proposta está em oferecer um programa contínuo de estimulação, possibilitando a descoberta de si, do outro e do ambiente, tornando cada criança agente ativo no processo educacional.

[...] entendemos que enquanto sujeito social e histórico que é, a criança não pode ser jamais confundida, identificada ou reduzida a uma etapa de desenvolvimento; ela não pode ser percebida apenas como um sujeito em crescimento, em processo, que irá se tornar alguém um dia [...]. Ela é alguém hoje, em sua casa, na rua, no trabalho, no clube, na igreja, na creche, na pré-escola ou na escola, construindo-se a partir das relações que estabelece em cada uma dessas instâncias e em todas elas. Geradas por homens e mulheres que pertencem a classes sociais, têm e produzem cultura, vincula-se a uma dada religião, possuem laços étnicos e perspectivas diversas segundo seu sexo: as crianças já nascem com uma história. (SOUZA; KRAMER, 1991, p. 70).

Com base na teoria histórico-cultural, podemos afirmar que o sujeito humano se constrói nas relações sociais, logo, os Programas de Educação Precoce se constituem importantes espaços de interação e aprendizagens.

Para Vygotsky (1999, p. 112), a aprendizagem conduz ao desenvolvimento. Portanto, ela deve ser orientada para os níveis de desenvolvimento que ainda não foram atingidos, pautando neste pressuposto o conceito de zona de desenvolvimento proximal, ou seja, a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto.

Outro ponto da teoria de Vygotsky muito presente nas propostas de Educação Precoce do DF, refere-se a necessidade da criança ser desafiada para conquistar determinada habilidade e receber ajuda para isso. Ou seja, para Vygotsky (1999), o desenvolvimento acontece de forma mediatizada.

Essa mediação permite à criança aprender e desenvolver-se. Nesse contexto, o brinquedo destaca-se como um recurso amplamente explorado nos Programas de Educação Precoce, o qual exerce papel importante na vida da criança. Ao brincar ela cria uma zona de desenvolvimento proximal, auxiliando no desenvolvimento das habilidades.

Por meio do brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o outro. Ela cria e recria, a cada nova brincadeira, o mundo que a cerca. O brincar é uma forma de linguagem que a criança usa para compreender e interagir consigo, com o outro, com o mundo. (DORNELES, 2001, p. 104).

As intervenções desenvolvidas nos Programas de Educação Precoce do Distrito Federal são pautadas no brincar e na ludicidade. Durante esse brincar as crianças criam situações imaginárias, imitam, interagem, descobrem, movimentam-se e experimentam diversas sensações. O brincar mediado por brinquedos possibilita a percepção das cores, texturas, tamanhos e formas. Esses momentos de estimulação desencadeiam aprendizagens que contribuem para o desenvolvimento infantil.

Silva (1996) aponta que

“[...] os estímulos devem sempre estar de acordo com o desenvolvimento alcançado pela criança. Sempre que ela responder positivamente a cada estímulo e demonstrar perfeito domínio das habilidades estimuladas, deve-se

passar a estímulos mais elaborados, facilitando deste modo, seu desenvolvimento.”

Bomfim (1996), concordando com tal afirmação, acrescenta que o tratamento dispensado às crianças com necessidades especiais é determinante para seu desenvolvimento integral.

Quanto a afetividade, Herren e Herren (1986), afirmam que o contato afetivo será valorizado e utilizado para motivar a criança em seus esforços de controle de situações mais complexas. Por isso, em dados momentos, o professor deixa as atividades em segundo plano e busca estreitar os laços afetivos com a criança. Essa conduta está muito presente não somente nos primeiros dias da criança no Programa, mas em todos os demais encontros.

Outro ponto fundamental para o sucesso dessa proposta é a aproximação e a participação da família nas atividades. Os professores podem auxiliar os pais a entender as condições do filho, bem como promover um brincar eficaz.

Portanto, estimular é ensinar, motivar, aproveitar objetos e situações e transformá-las em conhecimento e aprendizagem. É levar a criança, por meio da brincadeira, a avançar e vencer desafios.

Ver, ouvir, falar e refletir sobre a Educação Precoce voltada às crianças com necessidades especiais possibilita uma gama de conhecimentos, contudo, ter essa vivência e fazer dela um estudo pode proporcionar aprendizagens profundas e novos olhares.

Entendemos que chegada de crianças que apresentam riscos em seu desenvolvimento, ao Programa de Educação Precoce deve acontecer o mais cedo possível, visto que na primeira infância ocorrem as aprendizagens cognitivas, sensoriais, motoras e linguísticas de forma mais intensa. Os estímulos se tornarão aquisições evolutivas.

Nessa busca por conhecimentos, esperamos compreender aspectos gerais da Educação Especial e dos Programas de Educação Precoce, bem como contribuir com as crianças e as famílias. Almejamos produzir uma diferença construtiva, a qual permitirá a mudança de olhar e, quiçá, novas práticas ou novas maneiras de ver e sentir as diferenças.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. M.; CHAUD, M. N.; GOMES, M. M. F. Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico. **Acta Paulista de Enfermagem**. Campo Grande, 2008.
- BOMFIM, Romildo Vieira do. A educação física e a criança com síndrome de Down - algumas considerações. **Cadernos de Educação Especial/ Santa Maria**, v. 1, n. 8, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20.12.96, Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Secretaria de Educação especial. Política Nacional de Educação Especial: Livro I/MEC/ Seesp**. Brasília, 1994.
- CRAIDY, Carmen e KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DORNELLES, Leni Vieira. Na escola infantil todo mundo brinca se você brinca. In: Ferrari S, Zaher VL, Gonçalves MJ. **O nascimento de um bebê prematuro ou deficiente: questões de bioética na comunicação do diagnóstico**. Psicol USP. 2010.
- HERREN; HERREN. **Estimulação psicomotora precoce**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down: Guia ara pais e educadores**. 1995.
- Sá, S. M. P., Rabinovich, E. P. (2006). Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**.
- SILVA, Maria de Lourdes Pereira. Estimulação essencial. Por que? **Revista Integração**, 1996.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Fontes Martins, 1999.
- WERNECK, Cláudia. **Muito prazer eu existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1993.
- SOUZA, Jobim Solange; KRAMER, Sônia. O Debate Piaget/Vygotsky e as Políticas Educacionais. In: **Cadernos de Pesquisa**, maio de 1991.